



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

MANHÃ

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO JURIDICA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (quatro) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Assinale a opção em que a preposição A – sozinha ou combinada - tem valor semântico diferente dos demais.

- (A) O Presidente, com sua mulher, acompanhou os convidados à sala de música.
- (B) O policial atirou-se ao chão, cobrindo a cabeça com as mãos.
- (C) O ministro deverá ir a São Paulo ainda hoje para a recepção dos novos diplomatas.
- (D) Os seguranças dirigiram-se aos carros dos ministros e os acompanharam no desfile.
- (E) O banqueiro é sócio do empresário em um hotel à Rua Santa Clara, em Copacabana.

2

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.

- (A) Nunca se deite irritado. Levante-se e lute.
- (B) Nada há tão difícil que, procurando-o, não possa ser encontrado.
- (C) Considerando-se eles sábios, tornaram-se imbecis.
- (D) É instintivo da mente humana que aquilo que mais se proíbe ao homem, mais ele deseja.
- (E) Os homens sábios não perdem tempo com insetos.

3

Assinale a opção em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- (A) Não é preciso muito para ser um produtor de coelhos. Você coloca um casal numa gaiola e é tudo. / para que se fosse.
- (B) É raro alguém querer ouvir aquilo que não quer ouvir. / que alguém queira ouvir aquilo.
- (C) Para fazer fortuna, não é necessário ter talento; basta não ter correção. / Para que se faça, a posse de talento, não ser correto.
- (D) Para engrandecer-se na vida, foi preciso saber aproveitar a fase em que a fortuna lhe era favorável. / para que se engrandeça.
- (E) Perde o teu dinheiro em favor de teu irmão e de teu amigo, não o escondas debaixo de uma pedra para ficar ali escondido. / para seu eterno esconderijo.

4

Observe o seguinte texto descritivo:

“Observando-se pela janela do lado de fora da casa, a cozinha parecia desorganizada e suja; do lado de dentro, no entanto, a sensação de aconchego estava presente. As xícaras fumegantes sobre a mesa aumentavam o desejo de todos os excursionistas”.

O tipo de descrição realizada nesse texto é o de

- (A) Descrição cinematográfica, em que o objeto descrito é móvel e o observador imóvel.
- (B) Descrição cronográfica, em que há a preocupação de marcar uma época determinada.
- (C) Descrição pictórica, em que o objeto da descrição e o observador estão imóveis.
- (D) Descrição topográfica, em que o objeto está imóvel e o observador, em movimento.
- (E) Descrição dinâmica, em que o objeto da descrição e o observador estão em movimento.

5

Assinale a opção em que ocorre paralelismo sintático.

- (A) As palavras são a mágica da mente; comida, a do corpo, e a música é a mágica da alma.
- (B) As coisas não acontecem simplesmente, elas são feitas para acontecer.
- (C) Prefiro a mente aberta por um milagre do que a mente fechada por uma crença.
- (D) Os dez mandamentos são bem conhecidos, bem compreendidos, mas mal vividos.
- (E) Diga “sim” sempre que possível e “não” quando necessário.

6

Assinale a opção em que a troca de posição realizada na frase é feita de forma a provocar modificação de sentido.

- (A) Alguns me acham antipático porque minha cara não espelha minha alma / Porque minha cara não espelha minha alma, alguns me acham antipático.
- (B) Os espíritos mais elevados são capazes das maiores faltas e das maiores virtudes / Os espíritos mais elevados são capazes das maiores virtudes e das maiores faltas.
- (C) Diga “sim” sempre que possível e “não” sempre que necessário / Diga “não” sempre que necessário e “sim” sempre que possível.
- (D) A sabedoria é a compreensão do eu e do mundo / A sabedoria é a compreensão do mundo e do eu.
- (E) São as nossas escolhas e não as nossas habilidades que verdadeiramente mostram quem somos / São as nossas habilidades e não as nossas escolhas que verdadeiramente mostram quem somos.

7

Assinale a opção em que houve erro na construção da frase, por troca indevida entre O/LHE.

- (A) Não há prazer em conseguir-se algo e não o dividir com os demais.
- (B) A minha vontade é firme, mas a minha disposição de obedecer-lhe é fraca.
- (C) Se quiser conhecer verdadeiramente um homem, dê-lhe autoridade.
- (D) Um tolo sempre acha um mais tolo para seguir-lhe.
- (E) Devemos superar os abismos e nunca aprofundá-los.

8

Nas opções a seguir, assinale aquela em que houve um emprego desaconselhável da expressão “cerca de”.

- (A) Havia cerca de três dúzias de convidados para a festa;
- (B) Chegaram cerca de 100 mensagens no dia da festa.
- (C) Cerca de 18 comerciantes fecharam as lojas mais cedo.
- (D) Os cantores receberam cerca de uma centena de pedidos;
- (E) A fábrica produziu cerca de um milhão de estantes.

9

Todas as frases a seguir mostram termos ligados pela conjunção OU.

Assinale a opção em que essa conjunção mantém o valor de alternativa (e não de adição):

- (A) João ou Pedro devem ser eleitos presidente da empresa.
- (B) A alegria ou a tristeza fazem parte da vida.
- (C) Inglês ou francês são idiomas falados pelos turistas.
- (D) Os clientes leem livros ou revistas enquanto esperam.
- (E) Vasco ou Flamengo são times de longa tradição

10

Entre as opções a seguir, assinale aquela que mostra o acento grave indicativo da crase num contexto em que seu uso é optativo.

- (A) Quanto mais felizes somos, menos atenção prestamos à nossa felicidade.
- (B) De todos os caminhos que conduzem à riqueza, os mais seguros são a perseverança e o trabalho.
- (C) Se achares três mil-réis, leva-os à polícia; se achares três contos leva-os a um banco.
- (D) Derrote o medo da morte e dê boas-vindas à morte do medo.
- (E) Tudo o que vem da terra volta à terra e o que vem das águas volta ao mar.

11

Assinale a opção em que **não** está presente uma expressão ou termo indicativo de causa.

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida.
- (B) A História é como um estilingue. Quanto mais fundo você puxa, mais longe você alcança.
- (C) Algumas pessoas são o centro das atenções numa festa por terem ótimo senso de humor.
- (D) Em função de algumas declarações falsas, a repórter foi obrigada a desmenti-las.
- (E) Em vista do aumento de impostos, houve grande reclamação dos empresários.

12

Entre todas as frases a seguir, assinale aquela que só pode ser entendida no sentido figurado.

- (A) Sou como o dólar: mesmo que esteja em baixa, tenho valor.
- (B) Eu sei de que lado meu pão tem manteiga.
- (C) Não acuse o mar por teu segundo naufrágio.
- (D) Quem vive contente com nada, possui todas as coisas.
- (E) Levo comigo tudo o que é meu.

13

Todas as frases abaixo estão separadas em dois segmentos.

Assinale a opção em que a relação lógica entre esses segmentos está corretamente indicada.

- (A) As testemunhas custam muito caro / e não as tem quem quer. / explicação.
- (B) Quanto mais proeminentes são as leis e a ordem, / mais ladrões e assaltantes haverá. / comparação.
- (C) A ginástica é vulgar porque faz as pessoas cheirarem mal. / causa e consequência.
- (D) O jogo foi interrompido porque o chapéu de um dos espectadores voou para a quadra. / relação temporal.
- (E) A mente, como o lar, é mobiliada pelo proprietário, portanto se sua vida for fria e árida, a culpa será somente dele. / conclusão.

14

As frases a seguir mostram forma negativa.

Assinale a opção em que a modificação para a forma positiva mantém o sentido original.

- (A) Não gosto de malhar, pois é muito cansativo. / Odeio malhar, pois é muito cansativo.
- (B) Se você não consegue ganhar, faça o colega de sua frente quebrar o recorde. / Se você vai ser derrotado, faça o colega de sua frente quebrar o recorde.
- (C) A maioria dos homens morre de seus remédios, e não das suas doenças. / A maioria dos homens morre de seus remédios, mas sim de suas doenças.
- (D) Dizem que doce de leite dá dor de barriga, mas eu não tenho. / Dizem que doce de leite dá dor de barriga, mas eu dispenso.
- (E) Você não pode fazer uma cesta de três pontos debaixo da tabela. / Você pode desfazer uma cesta de três pontos debaixo da tabela.

15

Assinale a frase que apresenta um modo de organização discursiva **diferente** do injuntivo.

- (A) Viva como se tivesse que morrer como mártir hoje.
- (B) Viva rápido, morra jovem e seja um cadáver bonito.
- (C) Quem não fica velho, morre moço.
- (D) Não desejar a mulher do próximo!
- (E) Renove sua vida, dizem os velhos mitos, e o universo será seu

Língua Inglesa

READ THE TEXT AND ANSWER QUESTIONS 01 to 08:

Artificial intelligence and the future of humanity

Thinking and learning about artificial intelligence are the mental equivalent of a fission chain reaction. The questions get really big, really quickly.

The most familiar concerns revolve around short-term impacts: the opportunities for economic productivity, health care, manufacturing, education, solving global challenges such as climate change and, on the flip side, the risks of mass unemployment, disinformation, killer robots, and concentrations of economic and strategic power.

Each of these is critical, but they're only the most immediate considerations. The deeper issue is our capacity to live meaningful, fulfilling lives in a world in which we no longer have intelligence supremacy.

As long as humanity has existed, we've had an effective monopoly on intelligence. We have been, as far as we know, the smartest entities in the universe.

At its most noble, this extraordinary gift of our evolution drives us to explore, discover and expand. Over the past roughly 50,000 years—accelerating 10,000 years ago and then even more steeply from around 300 years ago—we've built a vast intellectual empire made up of science, philosophy, theology, engineering, storytelling, art, technology and culture.

If our civilisations—and in varying ways our individual lives—have meaning, it is found in this constant exploration, discovery and intellectual expansion.

Intelligence is the raw material for it all. But what happens when we're no longer the smartest beings in the universe? We haven't yet achieved artificial general intelligence (AGI)—the term for an AI that could do anything we can do. But there's no barrier in principle to doing so, and no reason it wouldn't quickly outstrip us by orders of magnitude.

Even if we solve the economic equality questions through something like a universal basic income and replace notions of 'paid work' with 'meaningful activity', how are we going to spend our lives in ways that we find meaningful, given that we've evolved to strive and thrive and compete?

Adapted from <https://www.aspistrategist.org.au/artificial-intelligence-and-the-future-of-humanity/>

16

The text ends in a note of

- (A) outrage.
- (B) appreciation.
- (C) indebtedness.
- (D) apprehension.
- (E) encouragement.

17

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F):

- () The author mentions the fact that AGI may supplant human faculties.
- () Ways in which we can lead meaningful lives are detailed.
- () AGI has already solved the problems of economic equality.

The statements are, respectively

- (A) F – T – F.
- (B) T – F – F.
- (C) T – T – F.
- (D) F – T – T.
- (E) F – F – T.

18

The first sentence presents a

- (A) consent.
- (B) condition.
- (C) complaint.
- (D) comparison.
- (E) compliment.

19

The expression "such as" in "such as climate change" (2nd paragraph) can be replaced without significant change in meaning by

- (A) like.
- (B) as to.
- (C) mostly.
- (D) except for.
- (E) disregarding.

20

In the second paragraph, "on the flip side" means

- (A) on purpose.
- (B) on principle.
- (C) on behalf of.
- (D) on no account.
- (E) on the other hand.

21

The opposite of "the smartest" (4th paragraph) is

- (A) the least naïve.
- (B) the most clever.
- (C) the most stupid.
- (D) the least foolish.
- (E) the most sensible.

22

According to the text, the word that “this extraordinary gift” (5th paragraph) refers to is our

- (A) world.
- (B) universe.
- (C) humanity.
- (D) monopoly.
- (E) intelligence.

23

The word “roughly” in “Over the past roughly 50,000 years” (5th paragraph) indicates a(n)

- (A) prevalence.
- (B) estimation.
- (C) exactness.
- (D) manner.
- (E) time.

Normas Específicas do Estado de Goiás

24

Pedro, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, foi incumbido, por seu superior hierárquico, de encaminhar determinado expediente ao agente ou órgão competente para aprovar, anualmente, a programação financeira de desembolso do Tribunal.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Pedro concluiu corretamente que o processo deveria ser encaminhado

- (A) ao Plenário.
- (B) à Comissão de Finanças.
- (C) ao Presidente do Tribunal.
- (D) à Auditoria de Controle Interno.
- (E) ao Vice-Presidente do Tribunal.

25

João, servidor público ocupante de cargo em comissão no âmbito do poder Executivo do Estado de Goiás, foi afastado da direção do órgão público X, em razão de permissivo constante da Lei estadual nº 20.756/2020. Maria, por sua vez, que dirigia o órgão público Y, foi informada que iria substituir João.

Nessa situação, é correto afirmar que Maria, ao ser designada para substituir João

- (A) continuará no órgão público Y, e receberá a integralidade da retribuição estipendial do cargo de João, paga proporcionalmente aos dias de efetiva substituição.
- (B) continuará no órgão público Y, e poderá optar pela remuneração integral do cargo de João, ao invés daquela correspondente ao cargo que ocupa.
- (C) continuará no órgão público Y, e receberá 60% da retribuição estipendial do cargo de João, paga proporcionalmente aos dias de efetiva substituição.
- (D) continuará no órgão público Y, e não fará jus a qualquer retribuição estipendial pela acumulação do órgão público X.
- (E) será afastada do órgão público Y, em razão da vedação à acumulação de cargos.

26

XX foi empossado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e foi informado que passaria a integrar a Câmara X desse Tribunal.

Por ter dúvidas em relação ao tempo em que permaneceria nessa Câmara e ao processo de escolha do respectivo Presidente, XX consultou o Regimento Interno, tendo concluído corretamente que

- (A) em razão da inamovibilidade, ele permanecerá na Câmara até que faça uma permuta para outra Câmara ou ocorra vacância que permita a sua remoção.
- (B) o Presidente será escolhido entre os ocupantes do cargo de Vice-Presidente, Corregedor-Geral ou Ouvidor do Tribunal.
- (C) o Presidente será escolhido livremente, pelo sufrágio dos integrantes da respectiva Câmara.
- (D) o Presidente será escolhido entre os dois Diretores de área da ESCOEX.
- (E) integrará a Câmara até que seja realizado o rodízio bienal.

27

Determinada Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Goiás aplicou sanções a João, ordenador de despesas no âmbito da Administração Pública indireta do poder público estadual, isto por ter constatado ilegalidade na realização de uma despesa. Irrresignado com o teor dessa decisão, João almejava obter a sua reforma com a interposição do recurso cabível.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- (A) não é cabível a interposição de recurso, já que os órgãos internos do Tribunal atuam como se fossem o próprio Tribunal.
- (B) pode ser interposto o recurso de reconsideração, a ser julgado pelas Câmaras Reunidas, desde que preenchidos os requisitos exigidos.
- (C) pode ser interposto o recurso de embargos infringentes, a ser julgado pelo Plenário, desde que preenchidos os requisitos exigidos.
- (D) pode ser interposto o recurso ordinário, a ser julgado pela própria Câmara, desde que preenchidos os requisitos exigidos.
- (E) pode ser interposto o recurso de revisão, a ser julgado pelo Plenário, desde que preenchidos os requisitos exigidos.

28

Joana foi empossada como auditora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Ciente de que, entre as atribuições afetas ao seu cargo, estava a de substituir os Conselheiros, consultou a Lei Orgânica do Tribunal em relação aos requisitos e às circunstâncias afetas a essa substituição, tendo concluído corretamente que

- (A) a substituição pressupõe que o respectivo Conselheiro a requiera.
- (B) a substituição dos Conselheiros, pelos auditores, observará critérios de rodízio.
- (C) há uma vinculação permanente entre ela, Joana, e determinado Conselheiro, para fins de substituição.
- (D) a sistemática de substituição é integralmente definida na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
- (E) é de competência exclusiva do Presidente do Tribunal a convocação dos auditores para substituir Conselheiros.

29

Determinado processo administrativo foi encaminhado para apreciação do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, ocasião em que, com base nas regras de distribuição, foi encaminhado ao Procurador de Contas XX. No momento da distribuição, dois assessores do Procurador-Geral de Contas debateram sobre a possibilidade, ou não, de serem estabelecidas orientações a serem observadas pelo Procurador que atuará no caso, quanto à análise do seu mérito.

Ao final do debate, os assessores concluíram corretamente que

- (A) não podem ser estabelecidas orientações vinculantes, em relação à análise do mérito.
- (B) por força do princípio hierárquico, as orientações podem ser estabelecidas e serão vinculantes.
- (C) será possível a revogação das conclusões do parecer, por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) as orientações podem ser estabelecidas, mas apenas no âmbito do planejamento estratégico, pelo colegiado competente do Ministério Público de Contas.
- (E) como o Ministério Público de Contas integra a estrutura do Tribunal de Contas, cabe a esta estrutura, por sua presidência, estabelecer as referidas orientações.

30

Maria, servidora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, teve conhecimento, em sua vida privada, de que Joana, também servidora dessa estrutura orgânica, não era assídua e frequente ao serviço, o que comprometia o regular funcionamento do setor a que estava vinculada.

Ao analisar o Código de Ética para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Maria concluiu corretamente que

- (A) tem a faculdade de informar ao superior hierárquico de Joana sobre a sua conduta.
- (B) em razão dos princípios da ética relacional, não deve se arvorar em órgão correccional de Joana.
- (C) deve notificar a Comissão de Ética a respeito da conduta de Joana, por ser contrária ao Código de Ética.
- (D) deve representar ao Presidente do Tribunal de Contas para que adote as providências cabíveis contra Joana, no plano estatutário.
- (E) deve informar ao seu superior hierárquico em relação à conduta de Joana, cabendo àquele comunicar ao superior hierárquico desta última.

31

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado de Goiás, em exercício há cinco anos ininterruptos, após regular processo administrativo-disciplinar, veio a ser demitido. O cargo que ocupava, por sua vez, de nomenclatura X, foi transformado no cargo Y, que passou a ser ocupado por Maria. A demissão de Pedro, no entanto, foi invalidada pelo Poder Judiciário.

De acordo com a Lei Estadual nº 20.756/2020, é correto afirmar que ocorrerá

- (A) a recondução de Pedro.
- (B) a reintegração de Pedro.
- (C) a disponibilidade de Pedro.
- (D) o reaproveitamento de Pedro.
- (E) o retorno de Pedro, e Maria será exonerada.

32

Ana, servidora pública no âmbito do estado de Goiás, em conluio com João, requereu o pagamento de determinado benefício estatutário ao qual sabidamente não tinha direito. Apesar da injuridicidade, João o deferiu poucos dias depois, tendo se iniciado, incontinenter, o recebimento mensal do benefício por Ana. Seis anos depois, os mecanismos de controle interno detectaram o ilícito praticado.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que, nos termos da Lei Estadual nº 13.800/2001,

- (A) apesar do tempo decorrido, a decisão pode ser anulada.
- (B) deve ser revogada a decisão que concedeu o benefício a Ana.
- (C) a decisão não pode ser modificada, pois a Administração Pública decaiu da possibilidade de modificá-la.
- (D) como Ana recebe o benefício mensalmente, a cada mês se reinicia o prazo prescricional de cinco anos para a anulação da decisão.
- (E) como o benefício foi integrado à esfera jurídica de Ana, operou-se o direito adquirido, logo, a decisão não pode ser modificada.

33

Maria, pessoa natural, com trinta anos de idade, que jamais tinha providenciado o seu alistamento eleitoral, almejava ter acesso a informações de interesse coletivo que se encontravam em poder de determinada estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado Alfa.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei Estadual nº 18.025/2013, é correto afirmar que Maria

- (A) ao formular o pedido de acesso à informação, deve se identificar e apresentar documento comprobatório de sua identidade.
- (B) precisa apresentar o pedido de acesso à informação por meio eletrônico, sendo vedado fazê-lo por meio físico.
- (C) deve apresentar o requerimento de acesso à informação com o uso de formulário padronizado.
- (D) deve apresentar justificativa para o acesso às informações almejadas.
- (E) não pode ter acesso às informações almejadas, isto por não ser cidadã.

Controle Externo

34

Jucundido Francisco, servidor de um município brasileiro fictício, alcançou enfim o tempo de sua aposentadoria após décadas de labor. O processo de aposentadoria somente foi encaminhado para registro junto ao Tribunal de Contas Local após dois anos da concessão da aposentadoria à Jucundido Francisco. Passados três anos e meio de tramitação do processo na Corte de Contas o tribunal decidiu anular o ato de concessão de aposentadoria por verificação de algumas inconsistências.

Tendo por orientação o tema 445 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que melhor resolve a situação-problema apresentada.

- (A) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **5 anos** da publicação do ato no diário oficial.
- (B) O tribunal pode anular o ato de concessão de aposentadoria na situação em tela.
- (C) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **3 anos** a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- (D) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **2 anos** a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- (E) O tribunal não poderia anular o ato de concessão de aposentadoria haja vista o prazo decadencial de **3 anos** da publicação do ato no diário oficial, cabendo responsabilizar o agente a que deu causa o atraso no envio.

35

O artigo 31 da Constituição Federal do Brasil estabelece que a fiscalização no âmbito municipal será conduzida pelo Poder Legislativo Municipal, por meio de controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, conforme determinado pela legislação.

Assinale a opção que indica o órgão que auxilia o controle externo da Câmara Municipal.

- (A) Controladoria do Estado.
- (B) Tribunal de Contas do Estado.
- (C) Secretaria da Fazenda.
- (D) Secretaria de Auditoria.
- (E) Conselho de Controle.

36

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 71, estabelece que o controle externo das contas públicas será realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Assinale a opção que indica uma competência do TCU.

- (A) avaliar a execução dos programas de governo.
- (B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador.
- (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias.
- (D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado.
- (E) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

37

O Sistema de Controle Externo, conforme estabelecido na Constituição do Estado de Goiás, é essencial para garantir a fiscalização efetiva e transparente da aplicação dos recursos públicos.

Assinale a opção que indica a instituição que exerce o assessoramento no controle externo do Poder Legislativo.

- (A) Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa.
- (B) Prefeitura Municipal.
- (C) Secretaria Estadual de Planejamento.
- (D) Câmara Municipal.
- (E) Controladoria do Estado.

38

A Constituição do Estado de Goiás dispõe sobre o Sistema de controle externo.

Analise os itens a seguir:

- I. O controle externo a cargo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do TCE-GO, que emitirá parecer prévio, no prazo de sessenta dias de sua apresentação, sobre as contas mensais e anuais do Município;
- II. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo TCE-GO, sobre as contas do Prefeito;
- III. A Câmara Municipal não julgará as contas, antes do parecer do TCE-GO, nem antes de escoado o prazo para exame dos contribuintes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

39

A Constituição do Estado de Goiás estabelece a atuação político-administrativa no estado.

Sobre o TCE-GO, analise os itens a seguir:

- I. Os cargos de Procurador de Contas integram quadro próprio do TCE-GO;
- II. O TCE-GO, integrado por cinco conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual;
- III. Os Conselheiros do TCE-GO têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

O artigo 25 da Constituição do Estado de Goiás estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, no que se refere à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Assinale a opção que indica uma competência do TCE.

- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente.
- (B) legislar sobre assuntos de seu interesse.
- (C) prestar contas da aplicação dos auxílios federais ou estaduais entregues ao Município.
- (D) julgar as contas dos responsáveis por bens, excluídas as fundações mantidas pelo Estado.
- (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, multa proporcional ao dano causado ao erário.

41

A Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, estabelece a Lei Orgânica do TCE-GO, regulamentando suas atribuições e funcionamento.

Sobre a jurisdição do TCE-GO, analise os itens a seguir:

- I. O TCE-GO tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência.
- II. A jurisdição do Tribunal exclui aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.
- III. A jurisdição do Tribunal abrange os dirigentes ou liquidantes de autarquias constituídas com recursos do Estado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

As competências do Tribunal de Contas do Estado estão previstas nos artigos 25 e 26 da Constituição do Estado de Goiás e no art. 1º da Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (LOTCE).

Sobre as competências do TCE-GO, analise os itens a seguir:

- I. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- II. O TCE-GO terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar, diretamente ou por meio de seu corpo técnico, a qualquer tempo, todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições, não lhe podendo ser sonegado processo, documento ou informação, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.
- III. O Tribunal de Contas prestará contas anuais à Assembleia Legislativa, bem como encaminhará relatórios mensais e anual de suas atividades.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43

As funções dos Tribunais de Contas são estipuladas na Lei Complementar nº 101/2000, que trata da responsabilidade fiscal no Brasil.

Assinale a opção que indica por quem as contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito dos Estados.

- (A) Presidentes do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Presidentes dos Tribunais Superiores.
- (C) Conselhos de Gestão Fiscal.
- (D) Presidentes dos Tribunais de Justiça.
- (E) Presidentes de Conselho de Administração.

44

A Lei nº 14.133/2021 define as funções dos Tribunais de Contas no contexto das normas que regem as licitações e contratos administrativos no Brasil.

Assinale a opção que indica uma função dos Tribunais de Contas constante na Lei nº 14.133/2021.

- (A) Julgar documentos relativos às licitações.
- (B) Promover gestão por competências.
- (C) Frustrar a competitividade em licitações com a participação de cooperativas.
- (D) Estabelecer tratamento igualitário entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- (E) Promover congressos sobre contratações públicas.

45

A Lei nº 9.504/1997 atribui funções específicas aos Tribunais de Contas no contexto das eleições e da fiscalização dos gastos públicos relacionados a campanhas políticas.

Assinale a opção que indica uma função dos Tribunais de Contas constante na Lei nº 9.504/1997.

- (A) Promover eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei por meio de suas escolas de contas.
- (B) Fiscalizar a execução do orçamento, inclusive a aplicação de recursos específicos, bem como sua compatibilização com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias.
- (C) Fornecer à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível, exceto em situações sob análise judicial ou com decisão favorável.
- (D) Prestar as informações solicitadas pela Assembleia ou por qualquer de suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (E) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades.

46

A Lei nº 9.717/1998 atribui funções específicas aos Tribunais de Contas no contexto da fiscalização e controle dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

Assinale a opção que indica uma função dos Tribunais de Contas constante na Lei nº 9.717/1998.

- (A) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades.
- (B) Realizar inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial.
- (C) Elaborar relatórios de transparência e informação social acerca das atividades da Corregedoria-Geral, contendo informações sobre os processos relativos à sua competência.
- (D) Verificar o cumprimento dos prazos legais, regimentais e regulamentares e, no caso de não observância, propor abertura de sindicância ou de processo administrativo disciplinar.
- (E) Manter cadastro de servidores submetidos a processo criminal ou administrativo ou punidos por infração de conduta funcional nos últimos cinco anos.

47

Um município brasileiro fictício promulgou lei instituindo nova modalidade de licitação denominada pife. Em seguimento, a novel legislação foi regulamentada pelo Prefeito Municipal e três editais de licitação, com a nova modalidade, foram publicados com o objetivo de contratar obras públicas.

O Corpo de Auditoria do Tribunal de Contas com jurisdição sobre o município examinou o caso e, considerando o disposto no artigo 22, XXVII da Constituição Federal que atribui competência privativa à União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas e indireta de todos os entes federados, representou ao Plenário quanto a constitucionalidade da norma.

Tendo por orientação o prescrito na Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a representação deve ser

- (A) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, porém não provida, uma vez que falece competência aos Tribunais de Contas para apreciação da constitucionalidade de leis.
- (B) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, e parcialmente provida, uma vez que o Tribunal de Contas poderá determinar a sustação dos editais de licitação, contudo não poderá se pronunciar quanto a lei e o decreto, haja vista falecer competência para apreciação da constitucionalidade.
- (C) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, e provida, determinando-se a sustação dos três editais e que a Administração Pública se abstenha de aplicar as referidas lei e regulamentação às suas licitações, uma vez que atos doravante praticados com base nos referidos normativos serão considerados como irregulares e implicarão na responsabilização pessoal dos agentes que lhes derem causa.
- (D) conhecida, uma vez cumprir os requisitos de legitimidade, e provida, determinando-se a sustação dos três editais e, quanto as normas, somente sendo possível, representar ao poder competente à apreciação da inconstitucionalidade.
- (E) conhecida e provida, sendo declarada a inconstitucionalidade da norma com efeito *erga omnes*.

48

Em um Tribunal de Contas Estadual havia sete conselheiros, sendo quatro nomeados pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador do Estado. Ocorre que o decano da Corte de Contas se aposentou, conselheiro este que havia sido indicado pela Assembleia Legislativa, liberando sua vaga. Ocorre que, por razões históricas, as três indicações realizadas pelos Governadores à época foram de livre escolha, tendo sido preenchidas por membros da sociedade local, até então estranhos ao quadro de pessoal do Tribunal de Contas.

A par da situação, o Governador questionou a Procuradoria-Geral quanto a possibilidade de ele nomear um dentre os membros do Ministério Público junto à Corte de Contas de modo a garantir a sua representatividade no Plenário, em observância ao prescrito na Carta Magna.

Qual das alternativas apresenta parecer condizente à Súmula 653 e ao tema de repercussão geral 652, ambos do Supremo Tribunal Federal:

- (A) Se mostra plenamente possível, haja vista a necessidade de salvaguardar as regras da Constituição Federal.
- (B) Não se mostra possível a nomeação do membro do Ministério Público junto à Corte de Contas pelo Governador, contudo em observância da regra Constitucional deve a Assembleia Legislativa indicar um dos membros do *parquet* de contas.
- (C) A situação é possível, contudo, há precedência para a ocupação da vaga por um dentre os auditores-substitutos, pela ordem prescrita no texto constitucional.
- (D) A situação é possível desde que o texto da Constituição Estadual seja emendado de modo a modificar a divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- (E) É inconstitucional a nomeação, pelo Governador, de membro do Ministério Público junto à Corte de Contas para preenchimento de cargo vago de conselheiro quando se tratar de vaga reservada à escolha da Assembleia Legislativa.

Auditoria Governamental

49

A NBASP 9020 - Avaliação de políticas públicas oferece orientações detalhadas para a avaliação rigorosa e abrangente das políticas públicas, visando aprimorar sua eficácia e impacto na sociedade.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. As Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) não são os únicos atores que podem realizar avaliações de políticas públicas.
- II. Organizações administrativas devem realizar avaliações de políticas públicas quando requisitadas por autoridades governamentais.
- III. Semelhantes as outras instituições públicas ou privadas, as EFS precisam demonstrar sua objetividade e comprovar sua independência do governo e de interesses privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

Tanto a auditoria interna quanto a auditoria externa são essenciais para garantir a integridade, transparência e eficácia das operações de uma organização.

Assinale a opção que indica o Princípio Orçamentário que evita múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

- (A) Profundidade dos trabalhos maior e periodicidade dos testes menor.
- (B) Grau de independência menor e periodicidade dos testes maior.
- (C) Profundidade dos trabalhos menor e periodicidade dos testes maior.
- (D) Grau de independência maior e periodicidade dos testes menor.
- (E) Profundidade dos trabalhos maior e periodicidade dos testes maior.

51

O *compliance* é uma prática oriunda do marco regulatório corporativo anglo-saxão, particularmente o norte-americano. A legislação brasileira utiliza a terminologia de programas de integridade para se referir aos sistemas de *compliance*.

Assinale a opção que indica um marco legal de programas de integridade pública no Brasil.

- (A) Decreto da Governança.
- (B) Lei Anticorrupção.
- (C) Lei das Estatais.
- (D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Decreto de Acesso à Informação.

52

O Framework de Controle Interno Integrado do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, originalmente emitido em 1992 e atualizado em 2013, consolidou a ideia de gestão de riscos corporativos e apresentou um conjunto de princípios e boas práticas de gestão e controle interno.

Assinale a opção que indica uma característica da versão atualizada em 2013.

- (A) Complementação de resposta a riscos.
- (B) Verificação de conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley.
- (C) Destaque para os riscos na melhoria da performance.
- (D) Aplicação da gestão de riscos no setor público.
- (E) Destaque para os riscos no estabelecimento da estratégia.

53

As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), visam promover a realização de auditorias independentes e eficazes pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).

Sobre auditoria governamental segundo a INTOSAI, analise os itens a seguir:

- I. As EFS podem optar por compilar um único documento normativo, uma série de tais documentos ou uma combinação de documentos normativos e outros documentos oficiais;
- II. As EFS devem declarar quais normas elas aplicam na execução de suas auditorias, e essa declaração deve ser acessível para os usuários dos seus relatórios;
- III. As EFS podem decidir adotar as Diretrizes Gerais de Auditoria como suas normas oficiais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

Os princípios de auditoria constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) são fundamentais para a condução de uma auditoria.

Assinale a opção que indica o princípio que enfatiza a necessidade de comunicação eficaz por parte dos auditores ao longo de todo o processo de auditoria.

- (A) Ética e independência.
- (B) Controle de qualidade.
- (C) Comunicação.
- (D) Gestão de equipes de auditoria e habilidades.
- (E) Julgamento, devido zelo e ceticismo profissionais.

55

A Declaração de Lima é considerada a Carta Magna da auditoria governamental, uma vez que lançou as bases do controle público.

Sobre a Declaração de Lima, analise os itens a seguir:

- I. O principal objetivo da Declaração de Lima é defender a necessidade de uma fiscalização independente do setor público.
- II. Dada a importância histórica e institucional global deste documento, a Declaração de Lima foi oficialmente integrada à estrutura da NBASP.
- III. A Declaração de Lima se fundamenta no Estado de Direito e na Democracia, premissas para uma fiscalização do setor público dependente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

A NBASP 10 tem como objetivo definir, no nível institucional, os princípios relacionados ao pré-requisito da independência e as diretrizes que devem reger a atuação independente dos Tribunais de Contas.

Sobre a NBASP 10 - Independência dos Tribunais de Contas, analise os itens a seguir:

- I. O auxílio prestado pelos Tribunais de Contas ao Poder Legislativo, conforme art. 71 da Constituição Federal, representa subordinação hierárquica.
- II. Os Tribunais de Contas somente podem exercer suas funções com objetividade quando são independentes das entidades fiscalizadas e estão protegidos contra influências externas.
- III. Embora se reconheça que as instituições do Estado não podem ser totalmente independentes, os Tribunais de Contas devem exercer sua independência funcional e organizacional no cumprimento de suas competências constitucionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

A NBASP 10 traz os princípios que devem ser observados pelo Tribunal de Contas para preservar a sua independência institucional, o que tem impactos na imparcialidade e na credibilidade das conclusões de seus trabalhos e relatórios.

Assinale a opção que indica o princípio que afirma que os Tribunais de Contas devem operar sem sofrer ingerência por parte da Administração Pública sobre o desempenho das suas funções.

- (A) Independência dos Tribunais de Contas para o desempenho de suas competências.
- (B) Acesso irrestrito a informações.
- (C) Prevenção ao conflito de interesses.
- (D) Previsão legal da independência dos Tribunais de Contas.
- (E) Cooperação interinstitucional sem prejuízo da independência e da autonomia.

58

A NBASP 20 objetiva promover os princípios de transparência e de *accountability* nos Tribunais de Contas, que devem atuar de forma exemplar, mediante a aplicação destes princípios em todos os seus atos.

Sobre a NBASP 20 - Transparência e *Accountability*, analise os itens a seguir:

- I. Os Tribunais de Contas devem atuar sob normas a partir das quais seja possível responsabilizar seus membros e servidores.
- II. É recomendável que os Tribunais de Contas divulguem ao público as informações básicas sobre suas competências, suas responsabilidades, sua missão, sua estratégia e suas atividades em uma das línguas oficiais da Intosai, além da língua portuguesa.
- III. Os Tribunais de Contas devem ter regras ou códigos de ética, políticas e práticas que estejam alinhados com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, especialmente a NBASP 130.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

59

A NBASP 50 - Princípios de Atividades Jurisdicionais dos Tribunais de Contas desenvolve doze princípios adequados ao contexto específico das atividades jurisdicionais dos Tribunais de Contas.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. O Tribunal de Contas deve garantir que as pessoas responsáveis perante ele sejam submetidas a um julgamento justo, garantido por procedimentos legais.
- II. Qualquer julgamento do Tribunal de Contas deve ser aberto a objeções e reconsideração e estar sujeito a revisão ou anulação em conformidade com a legislação nacional.
- III. Uma pessoa pode ser condenada pela mesma irregularidade a várias sanções da mesma natureza impostas pelo Tribunal de Contas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

60

A NBASP 400 - Princípios de Auditoria de Conformidade estabelece diretrizes fundamentais para a realização de auditorias destinadas a verificar se as operações estão em conformidade com leis, regulamentos e normas aplicáveis.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. A auditoria de conformidade é a avaliação independente para determinar se um dado objeto está em conformidade com normas aplicáveis identificadas como critérios.
- II. As auditorias de conformidade são realizadas para avaliar se atividades, transações orçamentárias e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- III. A auditoria de conformidade é frequentemente parte integrante do mandato de uma Entidade Fiscalizadora Superior para a auditoria de entidades do setor público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

61

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa. Poucos dias depois, foi comunicado pelo Procurador-Geral de Justiça de que a proposta subscrita por este agente, referente à estrutura por ele chefiada, carecia de pequena alteração.

À luz da sistemática da Constituição da República, aplicável por simetria ao Estado Alfa, é correto afirmar, em relação à alteração pretendida, que ela

- (A) não pode ser promovida, considerando a ocorrência da preclusão consumativa no processo legislativo.
- (B) somente pode ser promovida pelo Governador do Estado, enquanto não iniciada a votação em Plenário.
- (C) somente pode ser promovida pelo Governador do Estado, por meio de proposição suplementar, enquanto não encerrada a apreciação do projeto pela Comissão competente.
- (D) somente pode ser promovida pelo Procurador-Geral de Justiça, considerando a autonomia financeira do Ministério Público, enquanto não iniciada a votação em Plenário.
- (E) somente pode ser promovida pelo Governador do Estado, por meio de mensagem, enquanto não iniciada a votação, na Comissão competente, da parte cuja alteração é proposta.

62

Em uma situação concreta submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, argumentou o ordenador de despesa de determinada estrutura estatal de poder que agira conforme a interpretação mais adequada do preceito constitucional X. Assim entendia porque, ao analisar o significante interpretado, deparou-se com uma pluralidade de significados que lhe poderiam ser atribuídos, influenciados por distintos vetores axiológicos presentes no ambiente sociopolítico, o que o levou a resolver a conflitualidade intrínseca que se apresentava nesse plano, e a atribuir o significado mais adequado aos distintos aspectos afetos ao caso concreto.

A análise da linha argumentativa apresentada pelo ordenador de despesa permite afirmar corretamente que, consoante os balizamentos prevaletentes na realidade brasileira a respeito da interpretação constitucional

- (A) ao enveredar na própria atividade de criação do direito, usurpou uma atividade que é própria do Poder Legislativo.
- (B) a encampação de significados, amparados por vetores axiológicos, transmuda a interpretação, de atividade essencialmente cognoscitiva, em atividade inventiva, o que é vedado ao intérprete.
- (C) vetores axiológicos, embora concorram para o surgimento da Constituição formal, fruto do processo constituinte, não podem incursionar na definição da própria normatividade constitucional.
- (D) houve influência do pensamento problemático, mas não foi desconsiderada a constatação de que a norma é obtida a partir de um processo intelectualivo conduzido pelo intérprete, que promove a interação entre o texto e o contexto.
- (E) ao privilegiar aspectos do problema concreto, o ordenador de despesa desconsiderou que a Constituição somente se harmoniza com a unicidade significativa, não podendo apresentar variações de significado em situações concretas.

63

João estava inscrito no concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo de provimento efetivo X. Ao tomar conhecimento da data da prova, observou que ela seria realizada exatamente no dia da semana que dedicava à reflexão introspectiva do seu ser, conforme apregoadado pela crença religiosa que passara a ter desde o ano passado, o que o impedia de realizar qualquer outra atividade.

À luz desse quadro, João consultou a Administração Pública a respeito da possibilidade de que viesse a realizar a prova em data diversa, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) ele tem o direito subjetivo de realizar a prova em data diversa, desde que arque com os respectivos custos.
- (B) o interesse individual não se sobrepõe ao interesse público, logo, pleitos dessa natureza não podem ser acolhidos.
- (C) a adoção da crença por lapso inferior a cinco anos impede a oposição da objeção de consciência, logo, a data da prova não pode ser alterada.
- (D) apesar de o interesse individual se sobrepor ao público em algumas situações, as crenças de João dizem respeito à sua intimidade, não podendo se projetar sobre terceiros.
- (E) se a Administração preservar a igualdade entre todos os candidatos e não suportar ônus desproporcional, pleito dessa natureza, observados outros fatores, pode vir a ser acolhido.

64

O Tribunal de Contas do Estado Alfa, ao apreciar as contas de Maria, ordenadora de despesas em determinado ente da Administração Pública indireta sujeito à sua fiscalização, constatou o desvio de recursos públicos. Por tal razão, as contas foram rejeitadas, foi aplicada a sanção de multa a Maria e imputado o débito correspondente.

Considerando os balizamentos constitucionais afetos a essa temática, e os efeitos da decisão do Tribunal de Contas, é correto afirmar que.

- (A) em razão da natureza do ilícito praticado, é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada nessa decisão.
- (B) a decisão do Tribunal de Contas, no exercício de sua competência constitucional, forma um título executivo judicial.
- (C) como a decisão analisou as contas, não julgando Maria pelo ilícito praticado, é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário.
- (D) a imputação de débito é incompatível com a decisão de rejeição das contas, devendo ser objeto de processo autônomo, o que retira a eficácia do título.
- (E) caso não haja o adimplemento voluntário do dever de ressarcir o erário, a decisão deve ser inscrita em dívida ativa, não havendo prazo limite para a sua cobrança.

65

O Presidente da República editou o Decreto nº X, o qual dispôs sobre o seguinte:

- I. extinção dos órgãos públicos Alfa e Beta, com realocação dos respectivos ocupantes, o que decorria da exponencial diminuição de suas atividades, fruto de alterações no ambiente social;
- II. extinção dos cargos em comissão de simbologia W, na medida em que vagassem;
- III. disciplina da organização da Administração Pública federal.

Por discordar das medidas adotadas, o Partido Político Alfa, com representação no Congresso Nacional, consultou sua assessoria jurídica em relação à conformidade constitucional das medidas adotadas.

A assessoria informou que é constitucional o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

66

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu projeto de lei, encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado, com o objetivo de regulamentar o pagamento de horas extraordinárias aos magistrados vinculados ao referido Tribunal.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o referido projeto, concluiu corretamente que

- (A) o Estado Alfa tem competência legislativa para suplementar a legislação federal nessa temática.
- (B) a matéria deveria ser disciplinada na Constituição Estadual, em simetria com o paradigma federal.
- (C) por dizer respeito a matéria afeta aos magistrados, era necessária a apresentação de projeto de lei complementar.
- (D) o Tribunal de Justiça carece de legitimidade para apresentar a proposição, e a Assembleia de competência para apreciá-la.
- (E) se os servidores públicos do respectivo Estado fizerem jus ao referido pagamento, o respectivo regime jurídico deve ser aplicado subsidiariamente aos magistrados.

Direito Administrativo

67

Em decorrência da verificação em processo de tomada especial de contas de fraude à lei e confusão patrimonial entre sociedade e sócios da sociedade Ômega, certo Tribunal de Contas determinou, após o devido processo administrativo, a descon sideração da personalidade jurídica da mencionada sociedade, viabilizando que a imposição de ressarcimento ao erário alcançasse o patrimônio de seus sócios, para fins de resguardar o resultado útil do processo, mediante a garantia do contraditório e da ampla defesa.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a medida determinada no âmbito do controle realizado pela Corte de Contas é

- (A) inconstitucional, na medida em que viola a propriedade privada e a livre iniciativa.
- (B) constitucional, por se lhe reconhecer todos os poderes inerentes à atividade jurisdicional.
- (C) inconstitucional, considerando que não está especificada dentre as suas atribuições na forma em que delimitada na Constituição.
- (D) inconstitucional, pois tal descon sideração da personalidade jurídica apenas poderia ser determinada pelo Poder Judiciário.
- (E) constitucional, porque abarcada pelo poder geral de cautela que lhe é reconhecido com base na teoria dos poderes implícitos.

68

Bárbara, servidora pública estável, após o preenchimento dos respectivos requisitos, pleiteou a sua aposentadoria junto ao órgão de origem, obtendo o deferimento do benefício, que começou então a ser pago, sendo certo que a concessão de tal aposentadoria foi submetida à apreciação para fins de registro perante o respectivo Tribunal de Contas, no exercício da atribuição prevista no Art. 71, III, da CRFB/88.

Diante da aludida situação hipotética, considerando que não há vícios no deferimento do pedido realizado por Bárbara e que o aludido registro ainda está pendente de apreciação pela Corte de Contas, à luz dos requisitos de formalização dos atos administrativos, notadamente os planos da perfeição, validade e eficácia, diante da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a aludida aposentadoria está

- (A) perfeita, válida e eficaz.
- (B) imperfeita, válida e ineficaz.
- (C) perfeita, inválida e ineficaz.
- (D) imperfeita, válida e eficaz.
- (E) perfeita, válida e ineficaz.

69

Jansen, servidor público estável do Estado de Goiás, exerce a atribuição de analisar processos administrativos sobre determinada matéria, sendo certo que um dos feitos submetidos à sua apreciação envolve o interesse de Carlos, que é casado com Angélica, contra quem o mencionado agente público está litigando judicialmente.

Considerando as causas de impedimento e suspeição constantes da Lei Estadual nº 13.800/2001, é correto afirmar que a situação descrita

- (A) não apresenta qualquer razão para o reconhecimento do impedimento ou suspeição de Jansen.
- (B) caracteriza hipótese de suspeição, de modo que Jansen deve comunicá-la a autoridade competente, abstendo-se de atuar no referido processo.
- (C) apenas poderia delimitar o impedimento de Jansen se ele estivesse litigando contra Carlos, o que não pode ser estendido para a sua esposa.
- (D) configura causa de impedimento, de modo que a omissão de Jansen no dever de comunicar tal fato, constitui falta grave para efeitos disciplinares.
- (E) conforma a suspeição de Jansen, que pode ser arguida por Carlos, hipótese em que o eventual indeferimento da alegação é passível de recurso sem efeito suspensivo.

70

Ao perquirir as peculiaridades atinentes à licitação no âmbito das parcerias público-privadas, nos termos da Lei nº 11.079/2004, Solange concluiu corretamente que

- (A) a única modalidade de licitação cabível é a concorrência, que poderá adotar o critério de julgamento de menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública.
- (B) não é necessária a submissão de minuta do edital e do contrato à consulta pública, para fins de realização do respectivo procedimento licitatório.
- (C) a fase de habilitação dos licitantes deve anteceder necessariamente a de julgamento das propostas, não sendo possível a inversão de tais fases.
- (D) nas hipóteses de concessão administrativa há necessidade de autorização legislativa, apenas nas situações em que a contraprestação da Administração corresponda a mais de 70% (setenta por cento) do objeto do contrato.
- (E) a abertura do procedimento licitatório está condicionada à autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada.

71

Diante das orientações consolidadas pelo Supremo Tribunal Federal acerca da temática da improbidade administrativa, notadamente após as alterações promovidas 14.230/2021 na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que

- (A) o novo regime prevê a responsabilização objetiva pela prática de atos de improbidade administrativa.
- (B) são prescritíveis as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de atos de improbidade dolosos que ocasionam lesão aos cofres públicos.
- (C) a revogação da modalidade culposa deve retroagir para beneficiar os agentes públicos condenados pela prática do ato de improbidade.
- (D) o regime prescricional previsto no novel diploma é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.
- (E) os entes federativos não têm legitimidade para ajuizar ação de improbidade administrativa nas situações em que sejam lesados, diante da exclusividade conferida ao Ministério Público para tanto.

72

Após ser aprovado em concurso público para cargo efetivo de determinada autarquia do Estado de Goiás, Josivaldo passou a perquirir os diversos aspectos atinentes ao provimento previstos na Lei Estadual nº 20.756/2020 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás), situação em que verificou corretamente que

- (A) o ato de provimento de cargo público compete ao Chefe do Poder Executivo, mediante decreto.
- (B) é cabível a edição de atos de nomeação, admissão ou contratação, posse ou exercício com efeito retroativo.
- (C) são formas de provimento de cargo público apenas a nomeação, a recondução e a reintegração.
- (D) as funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, não sendo, portanto, privativas de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- (E) os requisitos para investidura em cargo público de provimento efetivo devem ser comprovados por ocasião da homologação do respectivo concurso público.

Direito Civil

73

Em uma tarde ensolarada, o Hotel Lua Minguante Ltda., um estabelecimento elegante e bem-conceituado, estava repleto de hóspedes. Romeu Capuleto, um empresário de meia-idade, fez o check-in na suíte para uma importante reunião de negócios no dia seguinte e foi comemorar com seus amigos na piscina do hotel. Enquanto isso, do lado de fora do estabelecimento, Julieta Montecchio, uma senhora idosa, caminhava pela calçada em direção à farmácia da esquina. A calçada estava bem conservada e ela caminhava com muita tranquilidade. Romeu, visivelmente embriagado e mal conseguindo manter o equilíbrio, lançou o balde de gelo do hotel, onde se encontrava as cervejas, em direção à rua. O objeto atingiu a Julieta, que estava passando naquele momento. Ela caiu no chão, sofrendo ferimentos no braço e na perna. Romeu, ainda atordoado, tentou ajudá-la, mas não conseguiu se levantar. Os funcionários do hotel correram para prestar assistência e chamaram uma ambulância. Julieta foi levada ao hospital, onde foi constatado que ela havia fraturado o braço.

Analise a situação hipotética narrada, com base no tema responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- (A) A conduta dos funcionários do Hotel Lua Minguante no atendimento à vítima exclui a responsabilidade civil.
- (B) A responsabilidade civil será exclusiva do hóspede, que responde subjetivamente pelo ocorrido.
- (C) O Hotel Lua Minguante tem responsabilidade civil subjetiva pelos danos causados pelos seus hóspedes.
- (D) Romeu responde exclusiva e objetivamente pelos danos causados à Julieta, que terá o valor da indenização redução pela conduta dos funcionários do hotel.
- (E) O Hotel Lua Minguante tem responsabilidade civil objetiva pelos danos causados por Romeu à Julieta.

74

Pedro Henrique celebrou contrato de mútuo com Vitor Azevedo, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com Tereza. Pelo referido contrato, restou consignado que Pedro Henrique, mutuário, deveria restituir o valor emprestado, R\$15.000,00, pessoalmente e em espécie ao mutuante, aos 15 de abril de 2024. Na data do vencimento, Pedro Henrique procura Vitor com a intenção de pagar, ao que é informado por Tereza que Vitor Azevedo está em lugar incerto e não sabido há mais de 40 dias o que a motivou a promover ação declaratória de ausência, ainda não julgada.

Diante da situação e com o intuito de evitar as consequências do inadimplemento, analise as assertivas abaixo:

- I) Pedro Henrique deverá efetuar o pagamento à Tereza que, em razão do regime de bens, é credora solidária.
- II) Pedro Henrique deverá aguardar o julgamento da ação declaratória de ausência, que suspende o vencimento da obrigação, para efetuar o pagamento a quem for nomeado curador.
- III) Pedro Henrique deverá consignar o pagamento, independentemente do julgamento da ação declaratória de ausência, pois o credor encontra-se em lugar incerto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

75

Ricardo Santos, 35 anos, autônomo, após experimentar uma série de adversidades e traumas em sua vida pessoal, desenvolveu um quadro clínico de insegurança e ansiedade, de sorte que não mais se sente plenamente confiante para a realização dos atos da vida civil. Assim, moveu ação judicial específica, requerendo a nomeação de dois apoiadores de sua confiança para a prática dos atos da vida civil.

Com a homologação judicial nos exatos termos do pedido

- (A) Ricardo Santos é declarado relativamente incapaz.
- (B) Os apoiadores indicados, uma vez assumido compromisso específico, tornam-se curadores de Ricardo Santos.
- (C) Os atos praticados por Ricardo Santos sem a participação dos apoiadores serão nulos.
- (D) Institui-se a curatela conjunta e restrita aos atos de natureza patrimonial.
- (E) A capacidade civil de Ricardo Santos não é alterada.

76

Em um município do interior do país, Joaquim Maria, com objetivo de desfrutar da sua aposentadoria, comprou uma chácara de Francisco José por meio de escritura pública com pagamento à vista com imissão imediata da posse. As despesas com a celebração do contrato foram pagas por Joaquim. Seis meses após a celebração do contrato, Joaquim tem ciência que Francisco havia adquirido a chácara de Brás Cubas, contudo a venda foi anulada por vício formal. Destaca-se que Joaquim e Francisco não tinham ciência do vício ou da possibilidade de anulação. No contrato de compra e venda, inexistia qualquer cláusula a respeito da evicção.

Analise a situação hipotética com base no tema evicção e assinale a opção correta.

- (A) A boa-fé do alienante exclui sua responsabilidade pela evicção, devendo o adquirente acionar diretamente o causador do vício formal.
- (B) Como se trata de princípio de ordem pública, é vedada as partes a inclusão de cláusula contratual que exclua a garantia contra a evicção.
- (C) Entre outros valores, Joaquim Maria tem direito à restituição integral do preço e à indenização pelas despesas do contrato de compra e venda.
- (D) Caso Joaquim Maria tenha realizada benfeitorias na chácara, somente as necessárias serão restituídas por Francisco José.
- (E) A evicção se caracteriza como fenômeno jurídico subjetivo e, por isso, depende do conhecimento ou da culpa do alienante para a sua ocorrência.

Processual Civil

77

A jurisdição é a atividade estatal de solução de conflitos de interesse e tutela de direitos. Ao lado da ação e do processo, a jurisdição constitui o tripé fundamental da teoria geral do processo.

Sobre os princípios aplicáveis à jurisdição, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da inevitabilidade aduz que ao juiz não é dado deixar de julgar, ainda que haja lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico.
- (B) A improrrogabilidade é absolutamente incompatível com a prorrogação da competência, ainda que se trate de competência relativa.
- (C) A indelegabilidade veda peremptoriamente a delegação de atos de instrução a outros juízes, como é o caso das cartas de ordem e precatórias instrutórias, as quais são inadmissíveis.
- (D) A investidura dispõe que o juiz deva ser aprovado em concurso público de provas e títulos, motivo pelo qual os membros de tribunais indicados pelo quinto constitucional não possuem investidura.
- (E) O princípio do juiz natural assevera que as regras de competência devem ser prévia e abstratamente definidas, vedando-se a designação de juízos *ad hoc*.

78

Os pronunciamentos judiciais são os instrumentos pelos quais o Estado-juiz se manifesta no curso do processo.

A seu respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) As decisões interlocutórias devem ser praticadas de ofício pelo servidor e revistas pelo juiz quando necessário.
- (B) São despachos todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, à exceção das sentenças e decisões interlocutórias.
- (C) Acórdão é o julgamento proferido monocraticamente pelo relator nos tribunais.
- (D) A assinatura dos juízes deverá ser feita fisicamente, ainda que se trate de processo que tramite em autos eletrônicos.
- (E) A extinção da execução é feita por meio de decisão interlocutória, com fundamentos nos artigos 485 e 487 do Código de Processo Civil.

79

O direito fundamental ao contraditório é pilar fundador do Estado Democrático de Direito. Com efeito, a possibilidade de se manifestar no curso do processo é essencial à tutela de direitos em juízo.

Sobre tal direito, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o Código de Processo Civil, todas as hipóteses de concessão de tutela provisória da evidência dispensam o contraditório prévio.
- (B) O direito ao contraditório deve ser promovido pelas partes, individual e conjuntamente, podendo ser dispensada a atuação do juiz em zelar pelo efetivo contraditório.
- (C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (D) Na acepção do Código de Processo Civil, o contraditório em seu aspecto formal é assegurado, não havendo exigência de atendimento ao contraditório substancial, o qual dependerá de decisão judicial específica.
- (E) Como regra, o contraditório poderá ser postergado pelo juiz, cabendo às partes se manifestar após a decisão judicial, em nome da duração razoável do processo.

80

O processo estrutural tem atraído maior atenção da doutrina e jurisprudência pátrias. Aponta-se, como alguns fatores para tanto, o protagonismo do Poder Judiciário no combate às inações das políticas públicas, bem como a necessidade de tratamento macro de falhas na promoção de direitos fundamentais e sociais.

Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo estrutural tem como principal característica a sua similitude com o processo coletivo, razão pela qual sua disciplina é inteiramente dada pela Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).
- (B) A complexidade e a multipolaridade dos processos estruturais impedem a cumulação de pedidos em face do réu, somente admitindo pretensões de índole condenatória.
- (C) Por se tratar de espécie de processo destinada exclusivamente à efetivação de políticas públicas, o processo estrutural é incompatível com a pretensão de mudar o comportamento de estruturas privadas de interesse público.
- (D) A rigidez do procedimento faz com que os litígios estruturais não admitam a flexibilização de técnicas processuais em prol da eficiência da decisão judicial, tampouco a adoção de regimes de transição.
- (E) Um exemplo de processo estrutural colhido da jurisprudência é o julgamento no qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro.

81

Analise as afirmativas a seguir:

- I. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso;
- II. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando nem beneficiando terceiros;
- III. Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;
- IV. O juiz poderá decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

82

João e Regina, estudantes de Direito bastante dedicados ao estudo da teoria geral do processo, debatiam acerca do conceito de ação e de suas condições.

Ao fim da discussão, João e Regina concluíram acertadamente que

- (A) o Código de Processo Civil consagrou de maneira expressa a legitimidade e o interesse como condições da ação, nominando-os como tal.
- (B) não cabe ao autor manifestar interesse processual tão apenas com vistas à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.
- (C) os conceitos de legitimidade e capacidade processual se confundem, razão pela qual o advogado tem legitimidade postulatória para atuar em causa própria.
- (D) é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- (E) havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.

Direito Previdenciário

83

Teresa, servidora pública estadual goiana, ocupava cargo efetivo, atuava em Planaltina/GO e veio a falecer num trágico acidente. Fabio se apresentará perante a GOIASPREV para noticiar a morte, informar ser companheiro e único sucessor da finada e reivindicar a pensão por morte.

Marque a afirmativa que contempla em quanto tempo, pela Lei Complementar estadual 161/20, Fabio deverá informar o falecimento de Teresa e que período deverá ser observado na prova da união estável e da dependência econômica para que seu pleito tenha sucesso.

- (A) 10 (dez) dias; período não superior a 24 (vinte e quatro) meses anterior à data do óbito.
- (B) 30 (trinta) dias; 30 (trinta) dias anteriores à data do falecimento.
- (C) 30 (trinta) dias; período não superior a 12 (doze) meses anterior à data do óbito.
- (D) 90 (noventa) dias; 90 (noventa) dias anteriores à data do falecimento.
- (E) 60 (sessenta) dias; período não superior a 36 (trinta e seis) meses anterior à data do óbito.

84

Jeane é servidora de cargo efetivo no Estado de Goiás, mas decidiu se afastar, sem vencimentos, para dedicar-se integralmente aos estudos visando a aprovação no concurso público para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, instituição que almeja integrar como analista de controle externo.

Sobre a situação de Jeane, e considerando os termos da Lei Complementar estadual nº 161/2020, marque a alternativa correta em relação ao período de afastamento.

- (A) Jeane terá, no período de afastamento, direito regular aos benefícios do RPPS/GO durante 6 (seis) meses, mesmo sem contribuir.
- (B) Para a servidora em questão ter direito aos benefícios do RPPS/GO, deverá recolher a contribuição previdenciária da parte do servidor.
- (C) Somente se Jeane recolher a contribuição previdenciária da parte do servidor e da patronal terá direito aos benefícios do RPPS/GO.
- (D) A Lei Complementar estadual nº 161/2020 condiciona o afastamento ou a licença ao pagamento antecipado da contribuição previdenciária da parte do servidor.
- (E) Jeane não poderá contribuir no período de afastamento porque não estará no exercício normal de suas atividades e, por isso, não terá direito aos benefícios do RPPS/GO.

85

Pedro trabalha num pet shop localizado em Planaltina/GO há 5 anos como tosador de animais. Desejando saber quanto tempo faltava para sua aposentadoria, Pedro baixou em seu celular o aplicativo “meu INSS” e acessou o seu CNIS (cadastro nacional de informações sociais). Para sua surpresa, verificou que o atual empregador não recolheu nenhuma contribuição, malgrado haver descontado o INSS cota-parte do empregado em todos os contracheques de Pedro.

Diante da situação apresentada e de acordo com a Lei de regência, marque o crime que, em tese, foi praticado pelo empregador de Pedro.

- (A) Estelionato previdenciário.
- (B) Sonegação de contribuição previdenciária.
- (C) Furto qualificado porque praticado contra entidade pública.
- (D) Prevaricação dolosa.
- (E) Apropriação indébita previdenciária.

86

Em Senador Canedo/GO existe uma associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, cujo maior rival é uma equipe de futebol de Aparecida de Goiânia/GO, que no ano de 2023 se transformou numa SAF (Sociedade Anônima do Futebol).

Em relação ao percentual da contribuição de ambas as entidades para a Seguridade Social a ser feita em 2024, independentemente da base de cálculo, marque a alternativa correta.

- (A) Ambas as entidades estarão sujeitas à alíquota de 5% (cinco por cento).
- (B) A associação desportiva se submeterá à alíquota de 20% e a SAF, 11%.
- (C) Ambas as entidades estarão sujeitas à alíquota de 20% (vinte por cento).
- (D) A SAF se submeterá à alíquota de 5% e a associação desportiva, 11%.
- (E) Ambas as entidades estarão sujeitas à alíquota de 11% (onze por cento).

87

Rosângela é servidora pública do Estado de Goiás, ocupando cargo efetivo, e atua em Jataí/GO. Em seu contracheque constam diversas parcelas e Rosângela está em dúvida sobre a forma de cálculo da contribuição previdenciária.

Das parcelas abaixo, retiradas do contracheque de Rosângela, marque aquela sobre a qual haverá recolhimento de contribuição previdenciária da servidora em comento.

- (A) Diárias para viagens.
- (B) Gratificação natalina.
- (C) Ajuda de custo.
- (D) Auxílio-alimentação.
- (E) Abono de permanência.

88

Jordana reside em Catalão/GO, aposentou-se de forma comum em 2023 pelo Regime Geral de Previdência Social mas, por dificuldade financeira, resolveu procurar emprego, conseguindo colocação num pequeno comércio da localidade, onde recebe o correspondente a 2 salários mínimos – valor até superior à sua aposentadoria.

Considerando os fatos narrados, marque a alternativa que identifica o que ocorrerá com a aposentadoria de Jordana.

- (A) Como Jordana terá 2 fontes de renda, haverá recolhimento previdenciário sobre a aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social.
- (B) Jordana tem liberdade para trabalhar, mas sua aposentadoria será suspensa enquanto estiver na ativa e, em contrapartida, não incidirá INSS sobre o salário dela.
- (C) Por ser aposentada pelo Regime Geral, não haverá recolhimento de INSS sobre o salário da ativa nem sobre a aposentadoria de Jordana.
- (D) Não incidirá contribuição previdenciária sobre a aposentadoria de Jordana.
- (E) O INSS incidirá apenas sobre a diferença entre o salário da ativa e a aposentadoria de Jordana.

Direito Financeiro

89

A Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Sobre a matéria, analise os itens a seguir:

- I. O Regime de Recuperação Fiscal será orientado pelos princípios da sustentabilidade econômico-financeira, da equidade intergeracional, da transparência das contas públicas, da confiança nas demonstrações financeiras, da celeridade das decisões e da solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública;
- II. O Plano de Recuperação Fiscal poderá ser realizado, de ofício, pela União Federal, caso seja verificado, por diagnóstico técnico, que o Estado se encontra em situação de desequilíbrio financeiro;
- III. É vedado ao Estado, durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

90

A Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, instituiu o novo regime fiscal, também denominado de novo arcabouço fiscal.

Assinale a afirmação correta sobre esta norma complementar.

- (A) Substituiu o denominado teto de gastos, que limitava as despesas anuais, permitindo-se que as despesas cresçam acima da variação oficial da inflação, mas dentro de uma faixa que vai de 0,6% a 2,5% de crescimento real ao ano.
- (B) Aplica-se às receitas e despesas financeiras, não se aplicando às receitas e despesas primárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.
- (C) Impõe limites globalizados para o montante das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário Federais, o Ministério Público da União e à Defensoria da União.
- (D) As despesas nos valores custeados com recursos de doações ou com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre devem ser incluídas nos limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias.
- (E) Prevê que lei orçamentária anual estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.

91

O art. 100, da Constituição Federal, dispõe que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

Sobre a matéria e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, analise os itens a seguir:

- I. No caso de necessidade de complementação da indenização, ao final do processo expropriatório, deverá o pagamento ser feito mediante depósito judicial direto se o Poder Público não estiver em dia com os precatórios;
- II. Não incidem juros da mora entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório;
- III. Os privilégios da Fazenda Pública são inextensíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

92

Em julgamento ocorrido no final do ano de 2022, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o STF analisou o denominado “orçamento secreto”.

Com relação ao tema e considerando o julgamento do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O orçamento secreto observa os postulados da publicidade e transparência através da disponibilização nos sites oficiais do Governo Federal das informações sobre a execução orçamentária das emendas do relator.
- (B) Trata-se de um regime em que vincula o autor da emenda ao beneficiário da despesa, tornando verificáveis a origem e destinação do dinheiro gasto por meio do cruzamento das informações publicadas, sendo, portanto, constitucional.
- (C) O orçamento secreto oculta os efetivos requerentes da despesa, por meio da utilização de rubrica orçamentária única, na qual todas as despesas previstas são atribuídas à pessoa do relator-geral do orçamento.
- (D) O orçamento secreto deve destinar obrigatoriamente as despesas para ações e serviços públicos de saúde e de assistência social, e oculta os valores individualizados das emendas do relator.
- (E) As emendas parlamentares ao orçamento secreto possuem autorização constitucional e objetivam viabilizar a participação ativa dos Deputados Federais e Senadores na elaboração da peça orçamentária.

93

De acordo com a Constituição Federal e a legislação em vigor, a lei orçamentária anual (LOA) compreende

- (A) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública a serem priorizadas durante o período de 1 (um) ano de sua vigência.
- (B) as metas e prioridades da administração pública, estabelecendo as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- (C) o orçamento fiscal anual, podendo conter dispositivo não previsto na receita e na fixação da despesa, e a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
- (D) o orçamento de todos os poderes, no período de um ano, sendo vedado prever despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- (E) o orçamento fiscal (receitas e despesas), o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social, todos de duração anual, abrangendo as finanças de todos os Poderes da União, fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

94

Em relação ao controle orçamentário, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A fiscalização orçamentária, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- () A Constituição da República contempla comando expresso de espelhamento obrigatório, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, do modelo nela estabelecido de controle externo da higidez orçamentária dos atos administrativos, sendo materialmente inconstitucional a norma de regência da organização ou funcionamento de Tribunal de Contas estadual divorciada do modelo federal de controle externo das contas públicas.
- () É vedado ao Tribunal de Contas realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza orçamentária, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

Administração e Políticas Públicas

95

Os princípios de governança pública são fundamentos orientadores que promovem a transparência, a responsabilidade, a eficácia e a equidade nas ações e decisões do setor público, visando ao interesse público e ao desenvolvimento sustentável.

Assinale, dentre as opções a seguir, a que compreende princípios de governança pública.

- (A) Integridade, melhoria regulatória e transparência.
- (B) Competência, responsabilidade e transparência.
- (C) Integridade, liderança e motivação.
- (D) Competência, integridade e liderança.
- (E) Integridade, melhoria regulatória e liderança.

96

A evolução da Administração Pública, do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, reflete uma transição de estruturas hierárquicas e procedimentos formais para abordagens mais flexíveis, participativas e orientadas para resultados.

Sobre o modelo racional-legal de administração pública, assinale a afirmação correta.

- (A) Procura otimizar a eficiência.
- (B) Pretende gerar valor público.
- (C) Busca uma maior integração com o mercado.
- (D) Visa maior capacidade de idealizar políticas públicas.
- (E) Promove uma abordagem participativa em rede.

97

O Referencial Estratégico das Organizações é uma bússola que orienta as ações e decisões, fornecendo uma visão clara dos objetivos e direcionamentos a serem seguidos para alcançar o sucesso.

Sobre o Referencial Estratégico das Organizações, analise os itens a seguir:

- I. Objetivos e metas são os resultados desejados.
- II. Key performance indicators (KPIs) são informações para avaliar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e se os cursos de ação escolhidos são apropriados.
- III. Avaliação é o processo de determinar se a realização dos objetivos está alcançando os efeitos pretendidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

98

A matriz GUT é uma ferramenta de análise que ajuda a priorizar problemas ou situações, considerando sua gravidade, urgência e tendência de crescimento, facilitando a tomada de decisões assertivas.

Sobre a matriz GUT, é correto o que se afirma em

- (A) Gravidade questiona “a ação pode aguardar?”
- (B) Urgência questiona “a ação é relativamente importante?”
- (C) Urgência questiona “a situação vai melhorar?”
- (D) Tendência questiona “a ação é extremamente importante?”
- (E) Tendência questiona “a situação vai piorar?”

99

A Gestão de Pessoas por Competências enfoca o desenvolvimento e alinhamento das habilidades individuais com os objetivos organizacionais, promovendo o crescimento profissional e a eficiência nos resultados.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que apresenta uma competência organizacional.

- (A) Marketing.
- (B) Imagem.
- (C) Motivação.
- (D) Impulso.
- (E) Flexibilidade.

100

Accountability é a responsabilidade e prestação de contas transparente e ética que as organizações e indivíduos assumem perante suas ações e resultados, promovendo a confiança e a credibilidade em suas atividades.

Assinale, dentre as opções a seguir, o tipo de *accountability* que compreende a fiscalização e controle mútuo dos Três Poderes, através de órgãos legalmente estabelecidos para essa finalidade – um sistema de *checks and balances* (freios e contrapesos) previsto na Constituição, que inclui Tribunais de Contas, Ministério Público, controladorias e agências fiscalizadoras.

- (A) Vertical.
- (B) Societal.
- (C) Holístico.
- (D) Horizontal.
- (E) Social.

Realização

